

PESQUISA COMO POLÍTICA FORMATIVA NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Deuzilene Marques Salazar¹; Vanderlei Antonio Stefanuto²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
(deuzilenemarques@gmail.com)

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
(vanderstefanuto13@gmail.com)

RESUMO

A pesquisa se configura na contemporaneidade como um princípio educativo que possibilita o desenvolvimento de atitude investigativa, de criticidade, de questionamento e teorização da prática. Pretendeu-se discutir os sentidos atribuídos ao termo **“pesquisa” no projeto pedagógico do curso, como** definidor de uma política formativa, considerando a natureza da profissão e as questões didático-pedagógicas do curso. O estudo realizou análise documental do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de nível médio em Segurança do Trabalho de uma instituição educacional com intuito de compreender a dinâmica política e pedagógica. Evidenciou-se os sentidos de pesquisa como: princípio pedagógico, dimensão investigativa e integrada ao ensino e à extensão. Conclui-se que **o termo “pesquisa” incorpora sentidos** legitimados no documento, numa tentativa de atender aos diferentes discursos defendidos pelos atores políticos em diferentes arenas políticas.

Palavras-chave: Formação profissional. Projeto Pedagógico de Curso. Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

ABSTRACT

This research is configured in contemporary times as an educational principle that gets possible the development of investigative attitude, criticality, questioning and theorizing of practice. It was intended to discuss the meanings attributed to the term "research" in the pedagogical project of the course, as a definition of a training policy, considering the nature of the profession and the didactic-pedagogical issues of the course. The study carried out documentary analysis of the Pedagogical Project of the Technical Course on Occupational Safety of an educational institution in order to understand the political and pedagogical dynamics. The senses of research were evidenced as: pedagogical principle, investigative dimension and integrated to teaching and extension. It was concluded that the term "research" incorporates legitimated meanings in the document, in an attempt

to attend the different discourses defended by the political actors in different political arenas.

Keywords: Professional training. Pedagogical Course Project. Technical Course on Occupational Safety.

INTRODUÇÃO

A pesquisa se configura na contemporaneidade como um dos fundamentos da formação acadêmica e profissional pois possibilita a autonomia intelectual, a criticidade, a criatividade e a inovação, bem como o desenvolvimento de atitude e a apropriação de conhecimentos que subsidiam na compreensão, intervenção e transformação da realidade social.

Nas últimas décadas a pesquisa, como política formativa, tem sido incorporada aos projetos pedagógicos de curso de diferentes níveis e modalidades de ensino com vistas a potencializar a formação de um profissional que compreenda o mundo em que vive e as relações sociais, históricas, tecnológicas e culturais. O estudo aqui proposto traz a seguinte questão problematizadora: como a pesquisa se configura no projeto pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho do Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Amazonas?

Entendemos que o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) defende discursivamente uma política formativa. Ao falar de política, compreendemos como Ball (1998), que as políticas são sistemas simbólicos e de valores que possibilitam diferentes formas de representar, explicar e legitimar decisões políticas nos mais diferentes ambientes. Assim, a produção da política é forjada na tradução, negociação e práticas que se reconfiguram em diferentes contextos da política (BOWE; BALL; GOLD, 1992).

A política se desenvolve em arenas políticas constituídas de sujeitos e estes falam de um lugar e de uma posição determinada dentro da arena e **influenciados por suas “inserções em grupos que defendem semelhantes posições e suas relações de poder” (DIAS, 2012, p.108), cuja dinamicidade e temporalidade devem ser evidenciadas para a compreensão dos projetos em disputa, bem como dos sentidos negociados.**

A discussão aqui proposta nasce da nossa incursão, desde 2011, no Curso Técnico de Segurança do Trabalho e por entendermos que urge a necessidade de discutirmos os cursos técnicos de nível subsequente, dada a lacuna no âmbito acadêmico do aprofundamento de estudos e investigações nesse nível e modalidade de ensino, como mostrou o recente levantamento

bibliográfico realizado em fevereiro/2019 na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Brasileira (BDTD).

Para tanto, tipificaremos a investigação como documental que na perspectiva de Flick (2009) os documentos constituem-se como **“meios de comunicação”, pois defendem propósitos e intencionalidades de determinados atores políticos**. Por isso, nos estudos de cunho documental urge compreender o processo de produção do documento, sua finalidade e seus destinatários. Devem ser entendidos como uma forma de contextualização da informação, **sendo analisados como “dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na produção de versões sobre eventos” (FLICK, 2009, p. 234)**.

O *corpus* da pesquisa se constitui de um documento norteador do trabalho pedagógico conhecido como Projeto Pedagógico de Curso entendendo-os como texto político que traz indício e vestígio sobre as tramas e os processos vividos registrados em determinado tempo e espaço de ação, atuação e interação dos sujeitos nas arenas políticas, configurado no universo educacional.

Analisamos o PPC Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho do Campus Manaus Centro do IFAM aprovado pelo Conselho Superior do IFAM por meio da Resolução nº 71/2018. Objetivou-se discutir os sentidos atribuídos à pesquisa, como política formativa, na formação profissional dos técnicos de Segurança do Trabalho no Projeto Pedagógico de Curso, tendo em vista a natureza da profissão e as questões didático-pedagógicas da pesquisa no âmbito da formação profissional.

O presente artigo divide-se em três seções: a seção introdutória esboça a temática, o objetivo e a metodologia do estudo; a segunda seção trata do projeto pedagógico como texto e como discurso. A seção três trata do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho no Campus Manaus Centro. E, por fim, na seção quatro discutimos os sentidos de político imersos no Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO: COMO TEXTO E COMO DISCURSO

O projeto pedagógico de curso (PPC) incorpora a função de definidor de diretrizes pedagógicas para determinado nível ou modalidade de ensino na educação brasileira e se configura em um documento normativo presente nas mais diversas instituições educacionais.

De acordo com Ball (2010), o PPC se constitui como elemento simbólico da instituição em dois sentidos: primeiro, esse documento representa o **“consenso incorporado da instituição” (p.48), sendo que o fato de exteriorizar seu ideal educacional pode conduzir as instituições a uma fabricação do**

consenso, ou seja, algo para ser apresentado e divulgado para apreciação do público externo.

Em segundo, o PPC exemplifica, o que Ball (2010) defende como “padrão do esforço compartilhado que desloca ou subsume diferenças, desacordos e divergências de valor” (p.48), logo o que é visibilizado no texto é contigencializado pelos acordos e negociações que sufocam, muitas vezes, o debate e a argumentação sobre os pontos conflituosos.

Ainda dentro desta discussão, Veiga (2004, p.22) defende o projeto pedagógico como elemento de organização do trabalho pedagógico com **intuito de reduzir os “efeitos de sua divisão do trabalho, da sua fragmentação e do controle hierárquico”.** Segundo a autora, a instituição educacional ao discutir, elaborar e desenvolver o seu projeto pedagógico assume uma **“atitude de liderança, no sentido de refletir sobre as finalidades sociopolíticas e culturais” (p.24),**

Segundo Salazar (2017, p.166), os itens que constituem o projeto pedagógico foram gradualmente definidos de acordo com o contexto educacional no qual ele é forjado, podendo adquirir diferentes modelos de composição, formato e estruturação do texto. E estes modelos trazem, estabelecem e definem formas de pensar sobre o processo educativo e pedagógico, valendo-se da dinamicidade existente no processo de sua construção.

Os projetos político pedagógicos (PPP) dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem conter conforme Brasil (2012), no mínimo: I - identificação do curso; II - justificativa e objetivos; III - requisitos e formas de acesso; IV - perfil profissional de conclusão; V - organização curricular; VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores; VII - critérios e procedimentos de avaliação; VIII - biblioteca, instalações e equipamentos; IX - perfil do pessoal docente e técnico; X - certificados e diplomas a serem emitidos. Por sua vez, a organização curricular deve explicitar os componentes curriculares de cada etapa, orientações metodológicas, a prática profissional intrínseca ao currículo e o estágio profissional supervisionado.

Ao definir estes elementos como constituintes do PPP, institui-se uma política formativa que assume uma concepção de mundo, de homem, de educação e de sociedade bem como incorporam discursos que disputam o sentido numa tentativa de se tornarem hegemônicos nos processos formativos da profissão que revestidos de intencionalidade conciliadora e consensual, acabam produzindo e fazendo circular diferentes sentidos discursivos sobre a formação profissional.

Defendemos o projeto pedagógico como texto e como discurso. Como

texto, o PPC se configura como uma política imersa em um campo de múltiplas interpretações por diferentes sujeitos. Os textos são produzidos em diferentes estágios, compreendendo as comissões elaboradoras, instâncias colegiadas deliberativas e a articulação dos grupos de interesse que negociam as diferentes proposições pedagógicas, metodológicas e curriculares.

Conforme Salazar (2017, p.45), a política como texto mostra os discursos reconhecidos como legítimos oriundos de lutas, conflitos, acordos e alianças o que possibilita distintas interpretações nos contextos para os quais ela é direcionada. Portanto, a política não adentra em espaços sociais vazios, mas repletos de histórias e culturas que acabam por mudá-la.

A compreensão do PPC como discurso pressupõe que os formuladores e atores políticos embora intencionem restringir o **“modo como pensamos e agimos em relação às políticas”** (NUDZOR, 2010, p. 218) e que mesmo diante de seus discursos discordantes e contraditórios, apenas alguns discursos são legitimados e se tornam influentes. Por isso, Ball (1994) aponta a necessidade de reconhecer e analisar a existência dos discursos dominantes - **“regimes de verdade” que se perpetuam em determinados espaços e tempos.**

O PPC, como política formativa, se define em arenas políticas por onde circulam os atores políticos. Entendemos as arenas como espaços políticos no qual há circulação e disseminação de ideias, embora provisórias e tangentes, nos quais os sentidos são negociados por meio de diferentes mecanismos de **acordos e alianças na instauração e legitimação de “regimes de verdade”.**

Compreendemos, portanto, que o curso técnico de nível médio em Segurança do Trabalho se configura como uma arena política na qual circulam profissionais que transitam em diferentes espaços institucionais e contextos socioculturais bem como em distintas áreas e campos do conhecimento.

CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO NO CAMPUS MANAUS CENTRO DO IFAM

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) remonta desde a década de 1990, ainda com a denominação de Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM), quando se instituiu a Habilitação Técnica em Segurança do Trabalho para alunos que já possuíam diploma de ensino médio (antigo 2º grau).

A profissão de Técnico de Segurança do Trabalho é regulamentada pela Lei nº 7.410/1985 que, dentre outros efeitos, cria a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho. Somente em 1987, o curso de segurança em nível técnico é regulamentado e em 1999 são instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, sendo que o Técnico

em Segurança do Trabalho constitui o Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança.

Atualmente, sob a égide da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996 e da Resolução nº 6/2012 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Educação Profissional, o curso Técnico em Segurança do Trabalho continua sua oferta no IFAM por meio da forma subsequente ao ensino médio.

Segundo a Organização Didático-Acadêmica do IFAM (IFAM, 2015), os Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente poderão ser estruturados e organizados em módulos com terminalidade, quando previsto nos Planos de Curso correspondentes.

Entende-se por módulo com terminalidade um conjunto de componentes curriculares/disciplinas que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria, e proporcione a certificação de qualificação profissional ou intermediária, mediante a conclusão de todos os componentes curriculares/disciplinas do módulo específico. (IFAM, 2015, p.7).

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho tem sua oferta regular por módulos e define o perfil do egresso no projeto pedagógico de curso (IFAM, 2018), como um profissional que diagnostica eventuais situações de risco em ambientes de trabalho, planeja e executa programas de prevenção de acidentes, doenças ocupacionais, e planejar ações preventivas e corretivas de combate a incêndio. Este profissional pode atuar em qualquer área da Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviço, Turismo e outras, de maneira autônoma ou sob a supervisão de profissionais da área, tais como engenheiros e médicos do trabalho.

Ainda no PPC (IFAM, 2018) são indicadas, como campo de atuação do TST, as ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho; o desenvolvimento de ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho; a orientação quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC); a coleta e organização de informações de saúde e de segurança no trabalho; execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); e, por fim, a investigação e análise de acidentes e recomendação sobre as medidas de prevenção e controle.

A PESQUISA NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO CAMPUS MANAUS CENTRO-IFAM

O Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho constituinte do eixo tecnológico de Segurança compreende tecnologias relacionadas à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio, abrangendo segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho. (BRASIL, 2016).

A organização curricular dos cursos deve contemplar, conforme Brasil (2016) conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência e tecnologia e inovação; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; cidadania e direitos humanos; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

No Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (IFAM, 2018), emergem como princípios pedagógicos: a cidadania; a formação politécnica e omnilateral (integral e unitária, pesquisa como princípio pedagógico, trabalho como princípio educativo, trabalho-ciência-tecnologia e cultura); a interdisciplinaridade (como indissociabilidade entre teoria e prática); e, o respeito ao contexto regional ao curso.

Ao analisarmos os sentidos da pesquisa no citado PPC, localizamos três discursos presentes: princípio pedagógico; dimensão investigativa; e integrado ao ensino e à extensão. Procuraremos estabelecer interlocuções entre os sentidos atribuídos à pesquisa e as perspectivas textuais definidas no PPC.

O primeiro sentido emerge com o discurso da “pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura” (IFAM, 2018, p. 20) como um dos elementos constituintes do item “princípios pedagógicos” do PPC. No documento analisado constatamos a incorporação das perspectivas de Demo (2005) e de Pacheco (2012). O primeiro autor evidencia a pesquisa como processo de criticidade e postura questionadora frente à realidade concreta; e o segundo autor, assume a pesquisa como promotora da autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas.

O PPC propõe, portanto, um processo formativo que considere o discente como protagonista de sua aprendizagem, superando assim as posturas passivas de ouvinte, memorizador e copiator. Essa mudança epistemológica de pensar a formação profissional exige processos de ensino que assegurem o pensar, o refletir, o planejar e o agir. Logo,

[...] Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso, o ensino é a razão da pesquisa. O importante é compreender que sem pesquisa não há ensino. A ausência da pesquisa degrada o ensino a patamares típicos de reprodução imitativa. (DEMO, 2006, p. 50).

Segundo Demo (1996), a pesquisa como princípio científico favorece as condições para a construção de conhecimento, e como princípio educativo possibilita o questionamento crítico e inovador. O sentido da *pesquisa com princípio educativo e científico* também se apresenta em Pacheco (2008, p. 13) ao defender a **“rede federal, por sua singularidade em unir o saber/fazer, ciência/tecnologia, teoria/prática, torna-se ambiente educativo profundamente favorável à pesquisa e à produção do conhecimento”**. A pesquisa torna-se elemento fundante na formação profissional, constituindo-se como uma política formativa.

Este fundamento ganha força em Ramos (2002) ao acreditar na **“educação pela pesquisa” como proposta formativa na qual os sujeitos assumam a responsabilidade pela sua aprendizagem**. Por isso, a autora defende a relevância da pesquisa como propulsora da cultura da leitura, escrita e argumentação, tanto de professores em sua prática docente, como de estudantes em processos formativos. Portanto, a pesquisa como princípio educativo em cursos técnicos de nível médio exige de professores e discentes uma postura atuante e ativa em relação ao ato de aprender, pois

A pesquisa em sala de aula é uma das maneiras de envolver os sujeitos, alunos e professores, num processo de questionamento do discurso, das verdades implícitas e explícitas nas formações discursivas, propiciando a partir disso a construção de argumentos que levem a novas verdades. (MORAES; GALIAZZI; RAMOS, 2002, p. 10).

Dada a sua natureza de profissão intervencionista, a pesquisa na formação profissional do TST emerge como dimensão investigativa no **exercício profissional, sendo que localizamos no item “orientações metodológicas do PPC (IFAM, 2018), a pesquisa como forma de integração relacionada a construção de projeto de pesquisa no qual se utiliza diferentes técnicas de pesquisa, instrumentos de análises e solução de problemas, “seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem” (IFAM, 2018, p. 28).**

Nessa perspectiva, a pesquisa incorpora instrumentos técnico-operativos para responder às exigências imediatas da intervenção e assume a **concepção de um método ou técnica para “solucionar os problemas da prática”**. O sentido de pesquisa incorpora a dimensão da aplicabilidade do

conhecimento como alternativa à superação de modelos que enfatizam aspectos teóricos na formação profissional.

Por fim, a pesquisa se integra ao ensino e à extensão subsidiando o item **do PPC intitulado “prática profissional”**. O sentido dado à pesquisa se relaciona como instrumento estratégico na atuação profissional, na medida em que garanta a unidade entre o saber e o fazer, ancorada na concepção de sociedade e de mundo almejadas.

A articulação da pesquisa no processo de ensino, na perspectiva de Behrens (2005) **“pode provocar a superação da reprodução para produção do conhecimento com autonomia, espírito crítico e investigativo”**. Essa perspectiva **“considera o aluno e o professor como pesquisadores e produtores dos seus próprios conhecimentos”** (BEHRENS, 2005, p. 56).

Esses discursos aglutinam diferentes conceitos teórico-epistemológicos em um único texto político numa tentativa de suplantar ou minimizar os conflitos em torno desses conceitos. Ao utilizar os conceitos generalizantes e passíveis de aceitação pelos atores políticos, os formuladores dos textos políticos, minimizam os conflitos e alimentam o consenso em torno desses conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, como política formativa, presentes nos projetos pedagógicos de curso das instituições educacionais define uma perspectiva de formação profissional. No PPC analisado nesse estudo encontramos sentidos de pesquisa diferenciadas: como princípio pedagógico, como dimensão investigativa e como integração ao ensino e extensão.

Constatamos que a “pesquisa” como um dos elementos constitutivos nos cursos para formação do Técnico de Segurança do Trabalho visibiliza as interferências da política nas práticas educativas inerentes à formação profissional. Evidenciam-se adaptações da política no contexto local, no qual os atores políticos, em diferentes contextos, criam táticas e estratégias de adaptação, engendrando outras maneiras de interpretar e traduzir a política, alterando e se desvincilhando do controle de sentido pretendido pelos formuladores de políticas no âmbito nacional.

Portanto, a compreensão dos sentidos produzidos por atores políticos e os processos legitimadores associados a produção do PPC permitem entender alguns dos mecanismos que efetivamente condicionam a constituição da formação profissional. Ou seja, concordando com Lopes (2006), como há múltiplos produtores de textos e discursos com poderes assimétricos, são múltiplos os sentidos e significados em disputa.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricação na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação & Realidade*, Rio de Janeiro, 35(2):37-55, mai./ago. 2010. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/index>>. Acesso em julho de 2014.

BALL, Stephen. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L.H. (Org.). *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis: Vozes, p. 121-137, 1998.

BALL, Stephen. *Education Reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham, Philadelphia: Open University, 1994.

BENHRENS, Marilda Aparecida. *O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. *Reforming Education & Changing schools: case studies in Policy Sociology*. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012: define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*. Brasília: MEC/SETEC, 2016.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, Rosanne Evangelista. *Ciclo de Políticas Curriculares na Formação de Professores no Brasil (1996-2006)*. 2009. 248f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2009.

DIAS, Rosanne Evangelista. Políticas de currículo e avaliação para a docência no espaço ibero-americano. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, p.590-604, v.11, n.3, set./dez.2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

DIAS, Rosanne Evangelista. *Protagonismo de sujeitos e grupos nas políticas curriculares*.

Periferia Educação, Cultura & Comunicação. V.4, n.1, jan-jul. 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IFAM. Conselho Superior. Resolução nº 71-CONSUP/IFAM, 12 de novembro de 2018: que autoriza a Reformulação dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus*Manaus-Centro. Manaus: IFAM, 2018.

IFAM. Conselho Superior. Resolução nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015: que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Manaus: IFAM, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, p.33-52, jul/dez 2006.

MORAES, R; GALIAZZI, M. do C.; RAMOS, M. G.. Pesquisa em sala de aula: fundamentos e pressupostos. In: MORAES, Roque; LIMA, Valderez Marina do Rosário. Pesquisa em Sala de Aula: Tendências para a educação em novos tempos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 9-23.

PACHECO, Eliezer. SETEC/MEC: bases para uma Política Nacional de EPT. Brasília: MEC/SETEC, [2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/publicacoes>. Acesso em março/2015.

RAMOS, M. G.. Educar pela pesquisa é educar para a argumentação. In: MORAES, Roque; LIMA, Valderez Marina do Rosário. Pesquisa em Sala de Aula: tendências para a educação em novos tempos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 25-47.

SALAZAR, Deuzilene Marques. Políticas de Formação Inicial de Professores no *Campus*Manaus Centro/IFAM (2009-2015): uma análise com a abordagem do Ciclo de Políticas. 278p.: il. 2017. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.